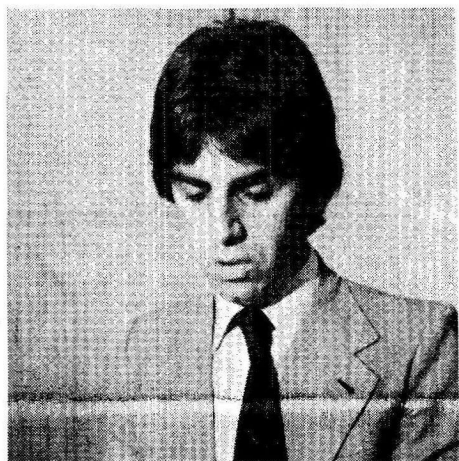


O que pensam governo e líderes



Jorge Jardim

O relacionamento da comissão do Distrito Federal com o GDF é, segundo o chefe do Gabinete Civil, Jorge Jardim, o melhor possível. De acordo com ele, através da comissão o governo Ornellas vem sendo informado e solicitado para a solução de diversos problemas da comunidade. Além disso, a Comissão do Distrito Federal tem poderes para avaliar e modificar o orçamento do DF.

Jorge Jardim argumenta que a comissão tem um bom relacionamento com o GDF, pois tem a prioridade de trabalhar em sintonia com a comunidade. "O presidente da comissão, senador Alexandre Costa, sistematicamente recebe presidentes de associações de classe e moradores e várias reivindicações, que são encaminhadas ao próprio Governo que, em momento algum, furta-se a dar soluções".

A comissão do Distrito Federal analisa os aspectos orçamentários que envolvem o governo do Distrito Federal e de todos os seus órgãos na aplicação dos recursos de acordo com a prioridade traçada. "Enfim, ela estuda a distribuição dos recursos dentro das prioridades, por órgão, fonte e elemento de despesa", explicou Jorge Jardim.

Explicou também que, cabe à comissão, se julgar necessário, propor emendas ao plenário do Senado ao anteprojeto da lei orçamentária do DF. "Em suma, a Comissão do Distrito Federal tem poderes para modificar todo o nosso plano de governo, se achar necessário. É lógico que essas modificações só são procedidas depois de muitas reuniões. Às vezes nós mudamos de opinião ou vice-versa".

As operações de crédito do Governo do Distrito Federal também são analisadas pela comissão. Jorge Jardim dá como exemplo qualquer falta de recursos depois que o orçamento já tiver sido aprovado pelo Senado Federal. "Neste caso montamos um projeto e apresentamos à comissão para ser avaliado, no mesmo caso do orçamento, pode apresentar emendas, se achar necessário".



José Neves

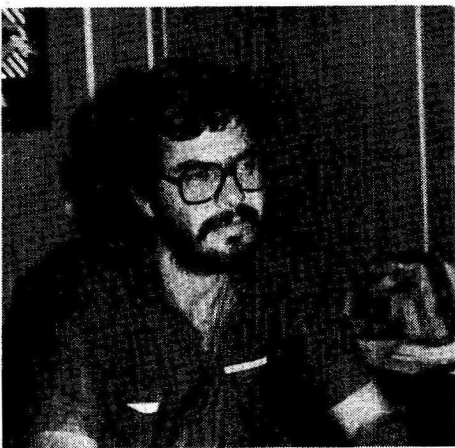
"Politicamente é uma escrescência no legislativo, que veio só para dourar a pilula dos atos do Governo do Distrito Federal". Assim o presidente do Sindicato dos Comerciantes, José Neves, refere-se à comissão do Distrito Federal. Conforme ainda argumenta, a comissão é inócua, não tem atuação prática no DF e só diz amém aos atos governamentais.

Para José Neves, a comissão só existe

para sacramentar os atos do governador do Distrito Federal e faz questão de não ouvir a população de Brasília, acrescentando que a comissão não tem nenhum poder de veto e não atende os interesses de ninguém. "É um engodo que deveria acabar. Na prática a comissão não está ouvindo o povo, dizer o contrário é um ato demagógico. Até hoje não conheço nenhuma ação em benefício da população de Brasília".

No entanto, José Neves reconhece que esta omissão é compreensiva, pois os integrantes da comissão estão preocupados com seus estados de origem. "Nunca recorri à comissão porque não adianta. A única vez que ela fez alguma coisa em favor dos comerciantes foi por interferência do deputado Alceu Collares, no caso dos desnudamentos e cárcere privado. Assim mesmo, a comissão não deu nenhuma solução, pois esta foi obtida através do Ministério da Justiça e da DRT, a pedido do próprio sindicato".

A falta de representatividade da Comissão do Distrito Federal é o ponto mais grave. A população, segundo ele, não tem qualquer confiança nessa representatividade, que não foi escolhida pela vontade do povo. "Democracia é povo e ele não está satisfeito com essa solução. Temos que escolher os nossos representantes, como os senadores e deputados que estão na comissão foram escolhidos pela população de seus estados".



Augusto de Carvalho

O presidente do Sindicato dos Bancários, Augusto de Carvalho, afirmou que a Comissão do Distrito Federal é uma figura de fachada, que nunca resolveu problema algum. "Ela não tem qualquer autoridade, pois é calcada em uma representação fictícia, que nada tem a ver com a população de Brasília".

Para Augusto de Carvalho, os integrantes da comissão também não podem ser culpados pela omissão, pois como José Neves, ele acredita que eles não foram colocados no Congresso Nacional para falar de Brasília. Segundo Augusto, a comissão não passa pelo crivo de uma autêntica representação popular e por isso não tem direito de falar pelo brasileiro.

Ainda não demos esse direito a ninguém. Ninguém acredita nesta comissão, sequer ouvimos falar que esta interessada em resolver os nossos problemas.

Augusto de Carvalho cita as medidas de emergência para mostrar que a comissão do DF não fala pela população. "Nós fomos subjugados, ameaçados e caçados em nosso direito por duas vezes. O que a comissão fez? Ficou calada vendo o que estava acontecendo".

O presidente do Sindicato dos Bancários argumenta que, por não ter respaldo popular, não adianta recorrer à comissão. "Ela é tão abstrata, tão feita pelo alto, que nunca procurou as associações, sindicatos e a própria população de Brasília".

"A existência da comissão", continua Augusto de Carvalho, "foi uma mera formalidade do poder autoritário para transformar-nos, como os índios, em tutelados do governo. A sua existência é uma piada, pois o poder emana do povo e não vai existir qualquer legitimidade em uma coisa que foi feita de cima para baixo".



Libério Pimentel

O problema, para o presidente do Sindicato dos Professores, Libério Pimentel, não é discutir se os parlamentares que integram a Comissão do Distrito Federal realizam um bom trabalho, mas saber que, além de não ser escolhida pela população de Brasília, ela nunca substituirá a representação política. Para Libério Pimentel, até que a comissão, de uns tempos para cá, está dinamizando-se e vem prestando um trabalho relevante.

Libério Pimentel garante já ter recorrido à Comissão do Distrito Federal e encontrado apoio para resolver seus problemas. "Tive uma resposta positiva, mas conheço casos que não foram resolvidos. Como disse, isso não vem ao caso. O que mais me preocupa é a falta de representatividade dessa comissão. Ela não atende os anseios populares, apesar de toda boa vontade".

Nenhuma comissão, segundo Libério, substituirá a Câmara de Vereadores e a Assembleia Legislativa. "Só quem está na base é que pode saber dos problemas enfrentados pela comunidade. Nas bases podemos lutar por melhores condições de vida. Finalmente, são as bases que têm poder de persuadir o Governo Federal a mudar procedimentos".

Apesar de ser defensor da representação política para Brasília, o presidente da Associação Comercial do DF, Lindberg Aziz Cury, acredita que a Comissão do Distrito Federal tem demonstrado interesse pelos problemas locais. Ele argumenta que, apesar disso, a falta de representatividade e de autonomia são pontos importantes demais para serem esquecidos.

"A comissão é formada por deputados e senadores altamente sensíveis aos problemas locais, principalmente o seu presidente, senador Alexandre Costa. Mas sempre chegamos a esse ponto comum que, tanto população como a comissão, ficam com pés e mãos amarradas". Lindberg Aziz Cury explica que a comissão foi criada para dar uma satisfação à sociedade e ao próprio Congresso Nacional.

— Dentro de suas limitações, a comissão, quando sabe de algum problema, o encaminha diretamente ao Governo do Distrito Federal, pois é difícil para ela resolvê-lo.

Lindberg argumenta que na falta da representatividade política a comissão tem razão de ser. "Na medida do possível e dentro de seus recursos, ela tem contribuído para justificar a sua criação", finalizou.



Aziz Cury